

RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.826 - RJ (2018/0233801-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
MARCELLA NEVES DE OLIVEIRA BARBOSA E OUTRO(S) - RJ197508
RECORRIDO : **MARIA DO CARMO GONCALVES VIEIRA**
ADVOGADOS : **MARIO LEONARDO BOBADILLA ALARCON - RJ141490**
LUIZ FELIPE ROQUE DA SILVA E OUTRO(S) - RJ154912

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"Apelação Cível. Rito ordinário. Ação Obrigação de fazer. Cedae. Cobrança de tarifa de esgoto. Sentença de procedência.

Recurso da ré pleiteando a reversão da sentença.

No caso dos autos, a CEDAE efetua parte dos serviços de esgotamento, conforme se apurou nos autos.

Os resíduos captados são coletados e transportados por galerias que integram o sistema de ESGOTO SANITÁRIO TIPO UNITÁRIO, havendo participação da CEDAE na manutenção e limpeza das galerias, conforme perícia realizada.

Serviço que não é gratuito, conforme já decidido pelo STJ.

Impossibilidade de cobrança de tarifa cheia.

Fato novo não submetido à apreciação do STJ. Concessionária que aplica tarifa diferenciada, tendo o caso levado ao STJ examinado concessionária que não faz diferenciação de tarifa.

Quebra do princípio da isonomia, ao se exigir que consumidores de determinada concessionária paguem a tarifa cheia, enquanto outros tem a possibilidade de efetuar o pagamento apenas pelo serviço recebido.

Omissão legislativa que, enquanto perdurar ou não sanada pela via do mandado de injunção, deve ser mitigada pelo poder judiciário, posto que o pacto federativo não pode implicar em sufrágio à quebra de isonomia entre consumidores.

Existindo omissão legislativa, enquanto não sanada pela via do mandado de injunção, é papel do judiciário assegurar tratamento isonômico às partes, não podendo a ausência de lei municipal ferir tal princípio constitucional.

Conhecimento e Provimento Parcial do recurso" (fls. 472/473e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"Embargos de declaração para prequestionamento. Pretensão de prequestionamento, bem como sobre a questão da preliminar de ilegitimidade arguida pela ora embargante, não apreciada no acórdão. Legitimidade presente. Adoção da teoria da substanciação, quanto a questão do prequestionamento da matéria. Quanto a alegação de ilegitimidade passiva da CEDAE, tendo em vista a transferência da concessão para a FOZ ÁGUAS 5, argumento que não se sustenta, já que as cobranças foram feitas em nome da CEDAE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SE CONHECEM E ACOLHIDOS EM PARTE sem alteração, porém no resultado do Julgamento" (fl. 535e).

A recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, ofensa aos arts.: **(a)** 489 e 1.022, II, do CPC/2015, pois a "recorrente postulou ao Tribunal Local que enfrentasse todos os temas apresentados, explique-se: observância do artigo 267, VI do Código de Processo Civil, atual 485 do NCPC, a fim de que fossem decididas as questões, sob pena de configurar-se omissão no julgado e, por consequência, violação ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, eis que concerne à ilegitimidade da concessionária recorrente, tendo em vista o acordado no Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações, bem como em atenção ao art. 206, §3º do Código Civil, no que concerne à prescrição trienal aplicável ao caso em tela. Contudo, o Tribunal local permaneceu omissos, inclusive para que se efetivasse o pré-questionamento explícito das matérias" (fls. 548e); **(b)** 267, VI, do CPC/73, e 485, IV, do CPC/2015, ao argumento de que "a CEDAE não é a responsável pela atuação na área no que concerne ao esgoto e gestão comercial dos serviços e, consequentemente, pelos fatos descritos na exordial, cuja responsabilidade é da empresa FOZ AGUAS e do Município do Rio de Janeiro, logo, processualmente é mister o reconhecimento da ilegitimidade passiva da CEDAE" (fl. 554e); **(c)** 3º, I, **b**, da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto 7.217/2010 ao argumento de que "é evidente que a decisão proferida nos autos deve ser reformada de acordo com o entendimento do STJ - RESP 1339313, pois em momento algum foi autorizado à cobrança proporcional da tarifa de esgoto, mas sim se uma das fases é prestada a CEDAE pode realizar a cobrança de forma integral" (fl. 559e); **(d)** 206, §3º, IV, do Código Civil, porquanto "caso esse mantido o entendimento de que a CEDAE deve restituir a recorrida os valores por ela pagos a título de tarifa de esgoto, o que se admite por mera possibilidade, impõe-se a observância do prazo prescricional de 3 (três) anos, tal como demonstrado" (fl. 572e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 634/635e).

A pretensão merece ser acolhida, em parte.

Inicialmente, em relação aos arts. 489, § 1º e IV, e 1.022, parágrafo único, II, ambos do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

2. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.

3. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO,

OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado, capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. 'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte' (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de

Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR 445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

Em relação à suposta ilegitimidade passiva da recorrente, o acórdão recorrido consignou o seguinte:

"Compulsados os autos, verifica-se que, de fato, o contrato de concessão, index – 155/168, tem por objeto o serviço de esgotamento sanitário na Área de Planejamento-5, que abrange 21 bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, inclusive o bairro de Realengo, onde reside o consumidor.

No entanto, conforme se observa das faturas, index – 19 e seguintes, as cobranças foram realizadas em nome da CEDAE, a justificar a opção do consumidor por demandar a ora embargante.

(...)

Considera-se, assim, que a CEDAE é parte legítima *ad causam*" (fl. 538e).

Neste contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame do contrato celebrado entre as partes e dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

Em relação à apontada violação aos arts. 3º da Lei 11.445/07 e 9º do Decreto 7.217/2010, com razão a recorrente no ponto, encontrando-se o acórdão recorrido em parcial dissonância com o entendimento firmado no julgamento do REsp 1.339.313/RJ, apreciado sob o rito dos recursos repetitivos pela Primeira Seção desta Corte que, na ocasião, consolidou o entendimento no sentido de que "o serviço de esgotamento sanitário é formado por um complexo de atividades - coleta, transporte, tratamento e disposição final dos dejetos no meio ambiente -, sendo que a prestação de qualquer uma delas é suficiente para permitir a cobrança da tarifa".

Desse modo, em que pese o aresto vergastado admitir a possibilidade de cobrança de tarifa de esgotamento sanitário ainda que o serviço não seja prestado em sua completude, equivocou-se quando entendeu ser possível a cobrança parcial da mensalidade, uma vez que não foi este o entendimento adotado por esta Corte no citado julgado.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da

cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ" (STJ, REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/10/2013).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Por conseguinte, fica prejudicada a análise da alegada prescrição da pretensão autoral.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa parte, **dou-lhe provimento** para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário na sua integralidade.

Custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela parte autora.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora